



VULNERABILIDADE SOCIAL E O PAPEL DA ESCOLA NO EMPODERAMENTO FEMININO

ELEN APARECIDA DE SOUZA

RESUMO

A vulnerabilidade social refere-se à condição de indivíduos ou grupos que enfrentam dificuldades para acessar recursos essenciais e exercer seus direitos de forma plena. Esse estado de fragilidade resulta de fatores como pobreza, exclusão social, discriminação e a falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e segurança. Este artigo examina o papel da escola no empoderamento feminino, com ênfase em como a educação pode ser uma ferramenta fundamental para a emancipação das mulheres, a quebra do ciclo de dominação masculina e a promoção da igualdade de gênero. A motivação para este estudo está na necessidade de discutir como o acesso à educação pode combater as desigualdades de gênero e fortalecer as mulheres, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a escola se configura como um espaço crucial para a construção de uma base sólida para o empoderamento feminino. Ela vai além do ensino acadêmico, oferecendo uma oportunidade para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre direitos, igualdade e oportunidades. A educação formal é, portanto, uma porta de entrada para o acesso ao mercado de trabalho, essencial para a independência financeira das mulheres. Com autonomia econômica, elas podem tomar decisões mais livres, se afastar de situações de abuso e violência, e se posicionar de maneira mais igualitária na sociedade. A metodologia adotada para a pesquisa foi bibliográfica, com revisão de estudos acadêmicos sobre gênero e educação. Conclui-se que, apesar dos desafios estruturais e culturais persistentes, as escolas têm um papel fundamental no empoderamento feminino, fornecendo as ferramentas necessárias para que as mulheres em situação de vulnerabilidade possam se posicionar de maneira mais igualitária e consciente na sociedade, com acesso ao mercado de trabalho, autonomia financeira e participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ressalta-se, portanto, a importância de políticas públicas que promovam a inclusão, o acesso à educação de qualidade e a implementação de ações que combatam as desigualdades de gênero, a fim de fortalecer as mulheres e possibilitar sua plena participação na sociedade.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Empoderamento. Educação

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social afeta milhões de pessoas em todo o mundo, impondo barreiras ao acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde e participação política. No caso das mulheres, essas desigualdades são ainda mais evidentes devido a fatores estruturais como o machismo, a precarização do trabalho feminino e a desigual divisão das responsabilidades domésticas. Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, pois tem o potencial de não apenas transmitir conhecimento, mas também promover o empoderamento feminino. A educação desempenha um papel central na quebra do ciclo da vulnerabilidade, proporcionando às meninas e mulheres maior autonomia, consciência crítica e oportunidades para uma vida mais digna. No entanto, para que a escola cumpra esse papel de maneira eficaz, é necessário políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero, incentivando o protagonismo feminino desde a infância.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o papel da escola no enfrentamento da vulnerabilidade social e sua contribuição para o empoderamento feminino, buscando compreender como a educação pode ser um instrumento de transformação social e de fortalecimento da identidade e autonomia das mulheres. A relevância deste estudo está na necessidade urgente de reduzir as desigualdades de gênero e sociais por meio da educação. A escola tem um potencial transformador que, se utilizado de forma estratégica, pode ampliar as oportunidades para meninas e mulheres, preparando-as para o mercado de trabalho, para a participação política e para a defesa de seus direitos.

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, baseada em obras de referência nas áreas de educação, gênero, e vulnerabilidade social. Essa abordagem permitiu uma análise sobre a relação entre educação e desigualdade de gênero, contribuindo para reflexões sobre o impacto da escola na autonomia das mulheres.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem exploratório-descritiva, buscando compreender e detalhar o papel da escola no empoderamento feminino no contexto da vulnerabilidade social a partir de uma base teórica consolidada. O percurso metodológico foi construído com o uso da pesquisa bibliográfica como principal procedimento, possibilitando a análise de conceitos, teorias e estudos prévios relacionados ao tema. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na consulta a livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais, selecionados a partir de bases de dados acadêmicas e fontes reconhecidas. Essa metodologia forneceu subsídios para compreender o contexto, identificar lacunas na literatura e propor reflexões pertinentes ao objeto de estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Costa, Santos e Marguti et al. (2018), o direito das mulheres foi conquistado tardiamente, gerando gerações historicamente inferiorizadas e expostas a riscos e situações de vulnerabilidade. Esse contexto reforça um padrão de dominação masculina, criando barreiras para a autonomia feminina e perpetuando desigualdades estruturais.

Chaves e Ratto (2018) destacam que a vulnerabilidade social pode ser compreendida a partir de três dimensões interligadas: individual, programática e social. Cada uma delas analisa aspectos distintos da vulnerabilidade:

1. **Vulnerabilidade individual:** Relacionada às características pessoais do indivíduo, como idade, gênero, condição de saúde, deficiência, nível de escolaridade e condições econômicas. Pessoas com doenças crônicas, baixa escolaridade ou pertencentes a grupos marginalizados tendem a estar em situação de maior vulnerabilidade.

2. **Vulnerabilidade programática:** Diz respeito às dificuldades de acesso a políticas públicas, programas sociais e serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social. Mesmo quando existem políticas voltadas à proteção dos grupos vulneráveis, sua implementação pode ser ineficaz ou insuficiente, agravando a situação daqueles que dependem desses serviços.

3. **Vulnerabilidade social:** Refere-se aos fatores estruturais e coletivos que ampliam a exclusão e a desigualdade, como pobreza, violência, discriminação e falta de infraestrutura adequada. Essa dimensão abrange o contexto no qual o indivíduo está inserido, influenciando diretamente sua qualidade de vida e oportunidades.

Essas dimensões se interligam, pois, um indivíduo pode estar vulnerável tanto por suas características pessoais quanto pela ausência de suporte governamental e pelas condições sociais desfavoráveis. Almeida, Nascimento e Martini (2024) enfatizam que a expressão “mulheres em situação de vulnerabilidade” abrange os desafios enfrentados por essas mulheres,

colocando-as em risco ou em condições de desigualdade. Fatores como pobreza, violência de gênero e dificuldades no acesso à educação e ao mercado de trabalho contribuem para essa realidade. No Brasil, os índices de violência de gênero permanecem alarmantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 revelou um aumento de 0,8% nos casos de feminicídio em relação ao ano anterior, além do crescimento das ocorrências de agressões, ameaças, perseguição, violência psicológica e estupro.

Costa, Lopes e Soares (2015) argumentam que a violência está associada a várias causas e não se restringe a fatores como raça, credo ou aspectos socioculturais e econômicos. Trata-se, sobretudo, de um instrumento de poder, com a intenção de ofender, dominar e desvalorizar a mulher, tornando-a inferiorizada perante a sociedade. Esse conjunto de ações contribui para a ampliação da vulnerabilidade feminina. No contexto das relações conjugais, muitas mulheres vítimas de violência encontram-se em situação de insegurança e isolamento social, sem trabalho e dependentes de seus agressores.

Nesse cenário, a educação surge como uma ferramenta essencial para romper esse ciclo de violência e vulnerabilidade. Segundo Magalhães (1998) apud Canotilho, Araújo e Oliveira (2014), a escola desempenha um papel crucial na construção democrática da cidadania feminina, pois pode eliminar as barreiras de uma estrutura social baseada em desigualdades de gênero. O acesso à educação proporciona qualificação profissional, ampliando as chances de inserção no mercado de trabalho e garantindo maior autonomia financeira. Além disso, promove o empoderamento feminino, permitindo que as mulheres adquiram maior participação social e transformem suas realidades.

Kanaan (2015) ressalta que o empoderamento não ocorre naturalmente, mas é uma conquista resultante da autonomia adquirida por meio da aprendizagem. Esse processo reflete-se na capacidade de tomar decisões e modificar a realidade, gerando impactos positivos no bem-estar social (Marinho e Gonçalves, 2016). Em 2008, a UNESCO estabeleceu o empoderamento feminino como uma de suas prioridades, conectando essa pauta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os 17 objetivos definidos, o ODS 5 foca no empoderamento das mulheres, enquanto o ODS 4 trata da promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Rua (2009) destaca a existência de dois tipos de necessidades na sociedade: as materiais, essenciais para a sobrevivência, como moradia, alimentação e saúde; e as necessidades ideais, relacionadas ao desenvolvimento intelectual, como acesso à educação, cultura e liberdade de escolha religiosa. O acesso a esses direitos contribui para o crescimento pessoal e intelectual dos cidadãos, possibilitando-lhes identificar e buscar melhorias para suas vidas e comunidades. Porém, o acesso à educação como instrumento de empoderamento feminino deve considerar a complexidade de fatores como classe, raça e região do país, que impactam diretamente a inclusão social das mulheres. Butler (2016, p. 21) argumenta que:

"(...) o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida."

Assim, investir na educação como ferramenta de empoderamento é essencial para reduzir desigualdades e fortalecer a autonomia das mulheres. No entanto, é necessário compreender a interseccionalidade das opressões e garantir políticas públicas eficazes que contemplem as diferentes realidades vividas pelas mulheres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas políticas devem contemplar desde o reingresso na escola até a inclusão das

mulheres na sociedade produtiva, promovendo tanto a elevação da escolaridade quanto a valorização feminina. Mulheres, que hoje são majoritariamente chefes de família. Apesar das mudanças estruturais representadas pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a discriminação de gênero persiste, assim como a sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidado com a família. Esse cenário contribui para a perpetuação de uma cidadania mitigada, em que as mulheres são frequentemente relegadas ao espaço privado, com menor participação na vida pública. Dessa forma, torna-se cada vez mais urgente a implementação de políticas públicas que garantam a conclusão dos estudos pelas mulheres. Conforme Bucci (2018), políticas públicas são “[...] programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. Para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, é necessário que o Estado, por meio do Poder Executivo, planeje ações e metas que contemplem as necessidades da população, articulando esforços entre as esferas federal, estadual e municipal. As famílias, enfrentam jornadas duplas, equilibrando trabalho e cuidados familiares. O acesso à educação, aliado a políticas públicas eficazes, é um dos caminhos mais promissores para garantir a autonomia dessas mulheres e reduzir as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Liliane; NASCIMENTO, Tatiane; MARTINI, Silvia. Mulheres em vulnerabilidade e o empreendedorismo feminino. 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/Elen%20de%20Souza/Downloads/ARTIGO+MULHERES+EM+VULNERABILIDADE+SUBMISSAO+SciELO.pdf>. Acesso em: 15 de fev..
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANOTILHO, Ana Paula; ARAÚJO, Neuza Farias; OLIVEIRA, Sandra Mara Tabosa de. A contribuição da escola para a emancipação das mulheres. 2014.
- COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G.; MARGUTI, B.; PIRANI, N.; PINTO, C. V. S.; CURI, R. L. C. et al. Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras [Internet]. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso em: 20 de fev..
- COSTA, M. C.; LOPES, M. J.; SOARES, J. S. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 19, n. 1, p. 162-168, 2015. DOI: 10.5935/1414-8145.20150022.
- KANAAN, H. S. Quando eu saí de casa: inventário das políticas públicas e práticas educativas emancipatórias do Programa Mulheres Mil. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, Brasil.
- MARINHO, P. A.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. 2016.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.